

UMA OUTRA JUSTIÇA ELEITORAL, POR QUE NÃO?

EDSON CARVALHO VIDIGAL

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Nos dias ímpares de todas as semanas, o trem passava e além das pessoas e suas bagagens deixava também na estação, em Caxias, os jornais do contra estampando nas manchetes as esperanças dos usurpados.

As esperanças dos usurpados eram os recursos que os partidos de oposição levavam ao Tribunal Superior Eleitoral, à época no Rio de Janeiro, denunciando todo tipo de abuso e de fraude.

É desse tempo, também, a estória sobre o primeiro Juiz Eleitoral que se meteu a independente, desafiando a oligarquia, no Maranhão. Tomaram-lhe as urnas e o material da eleição. Depois, amarram-no numa canoa e o entregaram à correnteza do rio. Um dia saberei seu nome e lhe prestarei grande homenagem.

Memória de menino não esquece nada. Lembra tudo com detalhes e de uma forma tão impressionante, que conta suas estórias como se elas fossem as mais importantes do mundo.

Daí a nitidez com que lembro o homem obeso, nariz afilado, o bigode rente com a borda do lábio, camisa branca de manga comprida arregaçada, a calça branca se apoiando num suspensório bege, sentado num tamborete à sombra de uma mangueira, rodeado de crianças, na esquina do Beco do Urubu com a Rua do Pequizeiro.

Entre curioso e assustado me inseri na cena. O homem era o doutor Ademar de Barros, em sua primeira candidatura à Presidência da República. Demonstrando carinho, fazia perguntas. A quem lhe erguesse a mão pedindo a benção dava um bombom e cinco mil réis. Na minha vez,



um sentimento profundo chamado vergonha, que carrego até hoje, me paralisou. Os colegas me vaiaram achando que era um besta.

Como esquecer, fazendo de conta que não aconteceu, aquele incêndio, em Coroatá? A rua inteira pegando fogo, as labaredas famintas devorando a nossa casa e eu, ainda molhado de um banho no rio, com a aflição de quem tinha apenas seis anos de idade, querendo entender aquilo. “É a política, meu filho. É a política”.

Uma vez saiu no Diário da Justiça, no Maranhão, que o Tribunal Regional Eleitoral não conheceu do recurso por ilegitimidade de parte determinando, ainda, remessa de cópias para os fins legais à Ordem dos Advogados do Brasil, porque o defensor do partido era apenas acadêmico de direito. E o era. Afoito, achando que poderia perder prazo, adentrei a petição sem protestar pela juntada da credencial de Delegado.

A postulação na Justiça Eleitoral poderia ser exercida por qualquer um, desde que credenciado pelo partido. Não era, como hoje, privativa de advogados. Afinal, onde encontrar profissionais especializados em quantidade necessária e disponibilidade suficiente para dar conta de todas as demandas perante todos os Juízos, Juntas e Tribunais Eleitorais em todo o País? A militância política, em direito eleitoral, ensina mais que a faculdade.

Cheguei aqui bicho criado nesses entreveros.

Um dos maiores especialistas em direito eleitoral que esta Corte conheceu, não era advogado. Era um médico pediatra, de grande sucesso, o doutor Clodomir Milet. Dirigente de partido, Deputado, Senador, foi, com Tarso Dutra, Senador pelo Rio Grande do Sul, um dos autores do Código Eleitoral.

Precisamos de um direito eleitoral mais simples, alcançável por todos, sem os campos minados do processualismo que deveria servir

apenas para assegurar o direito da igualdade entre as partes mas que, no eleitoral, tem se prestado mais a proteger as espertezas, beneficiando os que, mediante a fraude ou o abuso de poder, pregam que em eleição vale tudo e que o feio mesmo é perder.

Tudo que prejudica os valores maiores - normalidade e legitimidade das eleições - tem repercussão negativa na governabilidade. Afeta terrivelmente a credibilidade de uma engrenagem de poder, como a do nosso País, responsável diretamente pela vida de 170 milhões de pessoas, das quais 106 milhões com direito a voto nas eleições.

Uma pesquisa recente, financiada pela União Européia, na América Latina, concluiu que, no Brasil, apenas 39% concordam com a idéia de que “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”. Há dois anos, em 1998, quando se fez aqui a mesma pesquisa, esse otimismo foi maior, 48%.

É assustador!

Merece reflexão, ainda, outra conclusão – dois entre cada três jovens brasileiros, com idades entre 16 e 24 anos, mostram-se indiferentes quanto à maneira como é feita a escolha dos políticos que os governam. 36% acreditam que ‘um regime democrático e um não democrático são a mesma coisa’. 27%, na mesma faixa, acham que um regime autoritário pode ser preferível.

A maioria, pasmem, dispensa a Câmara e o Senado e 42% não fazem questão de partidos políticos. Apenas 32% dos jovens preferem a democracia a qualquer outra forma de governo.

A continuar assim, que futuro nos aguarda?

Estamos num País que nem sabe quantas são as meninas e os meninos que moram nas ruas. Já são tantos perambulando e dormindo nas calçadas de tantas cidades, que ficou mais difícil contá-los. Os sem

terra, ligados ao MST, somam 334 mil. Não têm pouso certo, vivem em barracas de lona, filhos, pais, avós. Segundo o IPEA, órgão oficial, somamos 54 milhões de pobres.

Temos, também, 22 milhões de cachorros, dos quais 20% são alimentados com comida industrializada. Os Estados Unidos da América já nos venderam mais de 17 milhões de dólares em comida para os nossos cães e gatos. Isso pode ser pouco se comparados com os desvios, nos municípios, dos recursos do Sistema Único de Saúde, da Merenda Escolar e do Fundef.

A corrupção mais audaciosa se esconde hoje nos Municípios, onde estão as grandes fatias da arrecadação nacional e onde os mecanismos de controle da legalidade e de defesa da moralidade, quando existem, são apenas formais.

Os desvios, em grande monta, são de recursos federais. Em mais de 80% dessas localidades não há Polícia Federal, Ministério Público Federal, Justiça Federal. Os Prefeitos têm foro privilegiado, no Tribunal de Justiça, na Capital. Há os que, acossados, refugiam-se depois na imunidade de um mandato parlamentar. Ninguém lhes alcança. A impunidade faz a festa.

Estima-se que de toda verba distribuída aos Municípios para a educação, incluindo-se salário de professores e merenda escolar, 21% tenham sido desviados. Um rombo de R\$ 3 bilhões foi detectado em 800 Prefeituras.

Nos últimos dez anos, o número de Municípios aumentou de 31,4% somando hoje 5.548. Mais de R\$ 3 bilhões foram gastos no ano passado com Vereadores e Câmaras Municipais. Em 897 cidades as despesas com o legislativo são maiores que os investimentos em habitação e urbanismo. Em outras 352 cidades os Vereadores e suas Câmaras custam mais que a saúde e o saneamento.

Mais de 1 milhão de candidatos a Prefeitos, Vice-Prefeitos e a Vereadores se apresentarão às eleições municipais deste ano. Calcula-se que entre U\$ 3 a 4 bilhões serão movimentados na campanha. A eleição de um Vereador em S. Paulo, por exemplo, sairá por R\$ 2 milhões, em média. Mas é nos pequenos Municípios, que ocupam mais da metade da geografia do País, que a relação custo-voto se torna maior, em termos proporcionais, para os candidatos.

De há muito que os temas estão na agenda – cláusula de barreira para funcionamento parlamentar dos partidos, voto distrital misto, fidelidade partidária, financiamento de campanhas eleitorais e, ultimamente, fim da reeleição. É preciso que todos se envolvam com todo vigor cívico nessas discussões. Entre os 106.101 mil eleitores em condições de votar este ano, apenas 13 milhões e 600 mil são filiados aos partidos políticos.

Pois são esses partidos políticos, mais de 40 atualmente, legalizados pela aquiescência de apenas 12,8% do eleitorado, que escolhem as pessoas dentre as quais são escolhidos os executivos e os legisladores do Brasil. As escolhas equivocadas, e não tem sido poucas, tem servido muito ao crescimento da impunidade, ao holocausto da ética, à banalização da política.

Instituída por Getúlio Vargas, há mais de 50 anos, a Justiça Eleitoral juntou-se ao Poder Judiciário da União Federal como um dos compromissos inadiáveis da Revolução de 1930. Foi montada, timidamente, com Juízes emprestados. É uma Justiça Federal que tem Juízes e Ministério Público estaduais e, também, Juízes e Ministério Público federais.

À exceção dos dois juristas, nomeados pelo Presidente da República para mandatos de dois anos, renováveis apenas uma vez, todos os Juízes, eleitos para igual período, acumulam funções. Esse formato

originário, que se justificava até porque o País era menor, foi ficando. Os longos períodos de abstinência política à força, sem eleições diretas e de bipartidarismo imposto, empurraram a Justiça Eleitoral para o sombreado da cena no palco, quase na coreografia.

Hoje, pela Constituição de 1988, a Justiça Eleitoral tem função da mais alta relevância. Enquanto o Supremo Tribunal Federal é o guarda da Constituição, responsável pela manutenção da ordem constitucional, o Tribunal Superior Eleitoral tem a seu encargo a afirmação dos valores tutelados – normalidade e legitimidade das eleições.

É a Justiça Eleitoral, portanto, que alistando os eleitores, realizando as eleições e diplomando os eleitos, confere ao regime o poder decorrente da soberania popular. Sua omissão ao exercício pleno de suas tarefas implicaria na diluição da legitimidade, sem a qual não pode haver república, nem falar-se em democracia.

O formato de Justiça Eleitoral ainda em vigor, montado há mais de meio século, não serve mais porque não se ajusta às novas responsabilidades constitucionais.

Hoje há, no TSE, um cadastro informatizado com 106 milhões e 101 mil eleitores. A cada dois anos temos eleições no País envolvendo dezenas de partidos e dezenas de milhares de candidatos para um número quase incontável de cargos públicos. A soberania popular, manda a Constituição, há que ser exercida também através de plebiscitos e referendos.

Como atender a essa intensa demanda com uma Justiça de Juízes emprestados, de servidores requisitados, que comparecem à jurisdição duas vezes por semana? Dentro em breve, uma Corte como a nossa, noturna e quase sempre cansada, não conseguirá cumprir plenamente todas as suas atribuições.

Que tal uma Justiça Eleitoral sem nós? Sem Ministros do Supremo e sem Ministros do STJ?. Sem os juristas recrutados na forma tradicional? Para começo de ampla discussão, sugiro uma Justiça Eleitoral com Ministros indicados pelos partidos (2), dentre os seus juristas; pelo Ministério Público (2); pela Ordem dos Advogados (2); pelas entidades representativas da mídia impressa e eletrônica (1). Todos, só depois de aprovados pelo Senado, seriam, nomeados pelo Presidente da República. Trabalhariam em tempo integral e dedicação exclusiva. Teriam mandato de seis anos, renovável por mais quatro.

Governabilidade democrática não se confunde com estabilidade de Governo. O fracionamento partidário, sem uma consciente base popular, transforma os governantes em reféns da insaciabilidade dos grupos políticos sem compromissos com a governabilidade. Há que se priorizar, portanto, a legitimidade da representação popular. Poder sem legitimidade não tem credibilidade. O Povo pode até temer mas não respeita.

A democracia não se realiza sem a motivação cultural dos eleitores, sem a predominância da ética sobre a banalização na política, sem o aprimoramento da Justiça, sem a organização das comunidades contra a nossa estúpida concentração de renda, sem o combate firme à corrupção.

Nada do que nos incomoda e nos motiva aconteceu de repente. Encontro nestes versos de Almada Negreiros, poeta português, alguma explicação:

“Quando eu cheguei devia ser tarde, / já tinham dividido tudo /pelos outros e seus descendentes, só havia o céu por cima dos telhados / lá muito alto /para eu respirar / e sonhar. Tudo o mais / cá em baixo / era dos outros e seus descendentes. A terra inteira / era estrangeira / mais este pedaço onde nasci./ Não me deixaram nada / nada mais do que o

sonhar. / E eu que amo a vida mais do que o sonho / e o sonho e a vida juntos / mais do que ambos separados / e eu que não sei sonhar senão a vida / e que não sei viver senão o sonho / hei de ficar aqui / entre os outros e seus descendentes?"

Nunca é tarde. Vamos embora. Obrigado.